

MAPAS ESCOLARES: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DO ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA NO SÉCULO XIX EM MATO GROSSO

Ana Paula da Silva Xavier / UFMT

Esta comunicação propõe-se a discutir a utilização de mapa escolar, enquanto fonte, capaz de proporcionar ao pesquisador da história da educação uma ampliação e aprofundamento nos estudos relativos à cultura escolar e às práticas cotidianas desenvolvidas no processo de escolarização primária, tendo por base uma pesquisa realizada em Mato Grosso, que analisa o ensino da leitura e da escrita na cultura escolar primária mato-grossense no período provincial.

Por meio dos mapas escolares busca-se caracterizar e analisar os níveis de aprendizagem dos alunos no processo de escolarização do ensino primário, no espaço escolar mato-grossense no século XIX. De acordo com a Lei de 1837 e o Regulamento de 1854, o currículo da instrução primária era composto pelo ensino da Leitura e da Escrita; de Orações, Princípios Religiosos e Morais; da Gramática da Língua Nacional e Aritmética até proporções. Além dessas disciplinas escolares, os deveres domésticos deveriam ser ministrados especificamente às meninas. Apesar de citarem quais matérias de ensino comporiam o currículo da instrução primária mato-grossense, essas duas normatizações estabelecidas não evidenciaram a forma metodológica na qual deveria se pautar o ensino, nem ao menos delimitaram quais conteúdos escolares deveriam ser incluídos na estrutura de cada disciplina escolar.

Quando a legislação não dispõe dessas informações, aumenta-se a necessidade do pesquisador em recorrer a outras fontes, na tentativa de evidenciar a especificidade da forma de organização do ensino. Para se entender a organização dos conteúdos de Leitura e de Escrita ministrados no ensino de primeiras letras, no espaço escolar mato-grossense no século XIX, lança-se mão de uma fonte de pesquisa não muito usual, os mapas escolares, com o intuito de cotejá-los com documentos que auxiliam na compreensão e caracterização dos níveis de aprendizagem dos alunos no processo de escolarização do ensino primário, em especial, da alfabetização da época. Isso porque, no Brasil, documentos tais como cadernos escolares, exames e provas de alunos constituem-se em um escasso conjunto de fontes.

Clarice Nunes (2001, p. 19), em análise referente às abordagens, fontes e perspectivas presentes nos trabalhos de pesquisas publicados nos Anais do I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Lisboa-Portugal, o qual teve como tema *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970)*, afirma que no rol das fontes utilizadas pelos pesquisadores há “[...] quase completa ausência, para não dizer total ausência, de materiais como cadernos, provas e exames escolares”. Diana Vidal (2004, p. 61), também argumenta que a “[...] preservação de exercícios, cadernos, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros [...]”, dentre outros documentos que apresentam indícios do cotidiano da escola, “[...] pode aumentar a compreensão das práticas escolares”.

Em conformidade como argumentação das duas autoras, os mapas escolares são considerados, neste estudo, um tipo de documento que se torna importante fonte de investigação para o campo de pesquisa da História das Disciplinas Escolares, em especial, o ensino da língua nacional em seu processo de alfabetização, pois apresenta pistas sobre a forma como era desenvolvida a aprendizagem da leitura e da escrita nas escolas primárias da província de Mato Grosso.

Os mapas escolares encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso, datados de 1830 a 1889, permitem identificar diversas formas de elaboração de registro escolar. Eles apresentam peculiaridades na forma e no conteúdo, pois os professores expressavam de diferentes maneiras os dados referentes à vida escolar de seus alunos, como por exemplo, a data de matrícula, a filiação, os motivos de faltas e, em especial, o nível de aprendizagem dos educandos. Essas singularidades remetem o pesquisador a uma complexidade nos dados contidos nos mesmos, sobretudo no que diz respeito ao grau de instrução dos alunos e sua correspondência com os níveis de aprendizagens do ensino da leitura e da escrita que podem ser analisados.

Se cada escola da província mato-grossense fosse estudada em sua singularidade, seria identificada aí uma cultura escolar para cada uma delas, como aponta Viñao Frago (1995). Nessa perspectiva, torna-se possível verificar a manifestação de diversas culturas escolares na instrução primária de Mato Grosso, apresentando, assim, diversificação em um mesmo nível de ensino. Contudo, a falta de localização de uma seqüência cronológica de mapas de uma mesma unidade escolar dificulta ou até impossibilita o acompanhamento do desempenho dos alunos no decorrer dos anos letivos do período imperial.

Diante dessa dificuldade, na presente pesquisa optou-se por trabalhar a cultura escolar sob o ponto de vista apresentado por Julia (2001) de investigar um nível de ensino de Mato Grosso, o ensino primário, por meio de fragmentos da realidade de diversos estabelecimentos de ensino, localizados em diferentes regiões da Província. Busca-se, a partir daí, formar um *mosaico* da primeira fase da escolarização mato-grossense, no período provincial, capaz de caracterizar o processo de alfabetização ou aquisição de conhecimentos elementares do ensino da leitura e da escrita.

Em Mato Grosso, os mapas escolares elaborados ao longo do século XIX receberam diversas nomenclaturas, tais como mapa de frequência, mapa estatístico, mapa nominal de alunos, sendo classificados em mensais, trimestrais e semestrais. Esses podem ser considerados relatórios elaborados pelos professores, os quais eram enviados à Inspetoria de Estudos e/ou à Presidência da Província.

Os mapas escolares poderiam apresentar dados relativos a diversos períodos do ano letivo, podendo ser mensal, trimestral ou semestral. O primeiro disponibilizava dados estatísticos dos alunos de forma sucinta e generalizada, uma vez que contabilizava o número de alunos. Já o segundo e o terceiro apresentavam informações mais detalhadas, tais como a descrição do nome alunos e de seus pais, a data de matrícula, a classificação do nível de aprendizagem e os motivos das faltas.

Na primeira metade do século XIX os mapas mensais demonstravam apenas a quantidade de alunos que possuíam pais vivos, os órfãos que possuíam alguma fortuna e os órfãos pobres, estabelecendo, assim, o total geral dos alunos matriculados. Para se ter noção da organização dessa espécie de mapa, pode ser mencionada a relação mensal de alunos referente ao mês de janeiro de 1841, encaminhada pelo professor João José Pereira, substituto da cadeira de primeiras letras da Vila de Poconé. Segundo ele, dos seus 45 alunos, 37 tinham pais, 5 eram órfãos abastados e 3, além de serem pobres, ainda ficaram órfãos (PEREIRA, 1841). Nota-se que os mapas mensais dispunham de dados muito resumidos, não permitindo saber o desempenho gradual dos alunos nem as disciplinas escolares que compunham o currículo do ensino primário da época.

Em contrapartida, no universo de mapas trimestrais e semestrais, elaborados até meados da década de 1850, é possível encontrar diversas formas de expressão do “estado de instrução” dos alunos, ou seja, da aprendizagem desempenhada nas disciplinas escolares. A título de análise do aprendizado da leitura e da escrita na província mato-

grossense, essas formas de expressão podiam ser caracterizadas pela seqüência crescente de conteúdos a serem adquiridos, como por exemplo, ABC, Sílabas, Cartas, Cartas de Nomes, textos, indicando assim uma gradação do conteúdo lingüístico que deveria ser aprendido pelo aluno, ou pela atribuição de conceitos de aprendizagem, tais como “não pronto”, “quase pronto” e “pronto”, que classificavam a etapa ou estágio da escolarização em que cada um se encontrava.

Os mapas semestrais, enviados à Presidência da Província até meados da década de 1830 descreviam dados sociais do aluno tais como o “nome” e a “idade dos alunos” matriculados; as “qualidades”, que diziam respeito à cor da pele e à condição social (“brancos”, “bastardos”, “pardos”, “cabra”, “crioulos”); os “dias de falha”, que correspondiam aos motivos das faltas, sendo por “doença” ou por “vadiações”. Além desses dados, havia também os referentes às “gradações” em leitura, escrita e aritmética, indicando-se qual o nível de aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, demonstrou os conteúdos que os aprendizes precisavam saber em cada etapa de aprendizagem do ensino.

No mapa elaborado pelo professor Francisco de Paula Nunes Feliz e encaminhado ao Vice Presidente da Província. Poconé, em 3 de jan. 1831, os níveis de aprendizagem dos alunos foram apresentados pela seqüência de conteúdos lingüísticos. De acordo com esse mapa a alfabetização era iniciada pela memorização das Cartas do ABC, seguido do aprendizado das Sílabas; Carta de nomes; Textos impressos e manuscritos. Nesse documento, como nos demais referentes ao período não se indicavam quais conteúdos de ensino seriam ministrados no 1º e 2º Graus da instrução primária. Acredita-se que quando os alunos passavam a desenvolver a aprendizagem de leitura e escrita em textos escritos e impressos, configuravam-se os conteúdos do 2º grau, já que se dedicavam ao ensino da Gramática da Língua Nacional, redação e interpretação de textos.

Em geral, os mapas trimestrais e semestrais não faziam menção ao conteúdo de ensino. Ao tratarem do estado de instrução dos alunos, apenas afirmavam estarem “prontos”, “meio prontos” ou “não prontos”. Semelhante a essas expressões, alguns documentos descreviam seu estágio de desenvolvimento como “prontos”, “quase prontos” ou “pouco adiantados”. Outros mapas declaravam ainda estarem “pouco adiantados” ou “adiantados”.

Em Mato Grosso, também é possível encontrar, em um mesmo documento, as duas formas de gradação de aprendizagem, tanto pela seqüência de conteúdos quanto por

conceitos que expressam término da escolarização primária. O uso desses conceitos justapostos causa certa complexidade na análise das disciplinas escolares, uma vez que os mapas não relatam em que o aluno estava “pronto” ou “quase pronto”.

Em meados da década de 1850 essas duas formas de apresentação da graduação de aprendizagem dos alunos (seqüência de conteúdos e atribuição por conceitos) foram substituídas nos mapas por uma classificação em classes que designavam o nível de instrução dos educandos. Esses passaram a informar apenas a classificação do nível dos alunos de forma geral, não indicando o grau de adiantamento em cada disciplina escolar, como por exemplo, na Leitura, na Doutrinação Cristã e na Aritmética, como era de costume no período anterior.

A partir de diversos relatórios registrados por presidentes da Província e inspetores na década de 1860 é possível observar que essa mudança nos dados contidos nos mapas de escolares está relacionada à instituição do Método de Classes, através das disposições normativas do Regimento de 18 de agosto de 1855. Apesar desse documento não ter sido encontrado, a investigação da manifestação dos métodos de ensino na província mato-grossense, nesse período, possui importante suporte nos mapas escolares, que apontam indícios de mudanças na metodologia utilizada nas escolas.

De acordo como a relação de alunos do segundo semestre da escola da Freguesia de S. Gonçalo de Pedro de 1857, sob a regência da Professora Rosalina Maria da Purificação, constam 14 alunas matriculadas, a idade, a data de ingresso, a filiação e o grau de instrução, demonstrado também a classificação de “1ª Classe”, “2ª Classe”, “3ª Classe” e “4ª Classe” segue a mesma nomenclatura utilizada para designar o Método de Classes.

Ao pesquisar os mapas disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso é possível observar que todos os mapas referentes à segunda metade da década de 1850 até início da década de 1870 seguem a mesma disposição em relação ao nível de aprendizagem dos alunos. Na documentação desse período não foi descrita qualquer especificação sobre a área de conhecimento, tais como Leitura e Aritmética. A categorização por classes mostra-se bastante generalizada, não possibilitando dados específicos sobre o aprendizado de cada matéria de ensino.

A graduação de aprendizagem, categorizada pelas classes e constitutiva do conjunto de conteúdos ministrados em cada uma das matérias ficou mais translúcida pela organicidade da instrução primária, expressa pelo Regulamento Orgânico de 1873 e,

sucessivamente, pelo Regimento Interno instaurado nesse mesmo ano. Isso ocorreu, pois, as anteriores determinações legais, outorgadas pela Lei de 1837 e pelo Regulamento de 1854, só definiram as disciplinas que compunham o currículo da época, sem se preocupar em demarcar os modos e seqüência que seriam realizadas na construção da escrita e da leitura. Os documentos indicam que o Regimento de 1855 não alterou as matérias de ensino do currículo das escolas primárias, porém as sucintas descrições apresentadas nos mapas escolares dos anos de 1856 a 1873 não são suficientes para se compreender como estava organizada cada disciplina escolar, em sua especificidade.

De acordo como o Regimento interno das escolas públicas, promulgado em 7 de dezembro de 1873, o ensino primário de Mato Grosso passou a ser regido por um só grau. As oito disciplinas escolares existentes na época (Leitura, Escrita, Aritmética Elementar, Instrução Religiosa, Gramática da Língua Nacional, Geografia, História Universal e História do Brasil) ficaram denominadas, nesse documento legal, de *seções*. Cada uma delas ficou dividida em classe de níveis de aprendizado (SÁ; SIQUEIRA, 2000, p. 59).

O quadro que se segue apresenta a organização das seções e das classes referentes ao ensino da leitura e da escrita.

Quadro 1 - Distribuição das Classes de Leitura e Escrita Contida no Regimento Interno das Escolas de Instrução Primária da Província de Mato Grosso – 1873

Seção de Leitura	Seção de Escrita
1ª classe – alfabeto em manuscrito e impresso	1ª classe – traço de linhas, letras maiúsculas e minúsculas e algarismo em areia.
2ª classe - silabário manuscrito e impresso	2ª classe – traço de linha e de letras em lousas, entre regradados largos.
3ª classe – cartas de nomes manuscritas e impressa	3ª classe – traço de letras do alfabeto no papel sobrepondo-o ao translado
4ª classe – leitura corrida de manuscritos	4ª classe – bastardo largo
5ª classe – leitura corrida de livros	5ª classe – meio bastardo
6ª classe – leitura de livros e manuscritos e lições de cor de Gramática	6ª classe – bastardinho
7ª classe – leitura de livros em prosa e versos, lições de Gramática	7ª classe – cursivo maior entre dois regradados
8ª classe – leitura de livros em prosa e verso, análise lógica e gramatical de clássicos portugueses e lições de geografia e história	8ª classe – cursivo menor sobre um só regrado ou pauta.

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados contidos em Sá; Siqueira (2000, p. 60-61).

Esse quadro demonstra os conteúdos específicos das matérias de ensino, bem como a seqüência crescente da aprendizagem que deveria ser desenvolvida, a partir de 1873, no cotidiano escolar das escolas primárias de Mato Grosso. Nota-se aí que, como o Regimento

Interno de 1873, nas seções de leitura e de escrita as classes continuavam a ensinar, sucessivamente, letras, sílabas, palavras, frases e textos. Apesar da equivalência entre o conteúdo que seria ministrado nessas duas disciplinas, o aprendizado dos alunos manifestava-se em níveis diversificados, podendo está mais adiantado em uma ou em outra matéria de ensino.

Quadro 2 - Mapa Mensal dos Alunos da Escola Pública de Instrução Primária do Sexo Masculino da Vila de Miranda – 1888

Nº de alunos matriculados			30			Nº dos que frequentaram			30			Nº dos que saíram			-		
Distribuição por seção																	
Leitura			Escrita			Aritmética			Doutrina								
1ª	Classe	8	1ª	Classe	5	1ª	Classe	2	1ª	Classe	8						
2ª	Classe	2	2ª	Classe	4	2ª	Classe	3	2ª	Classe	2						
3ª	Classe	3	3ª	Classe	8	3ª	Classe	2	3ª	Classe	2						
4ª	Classe	4	4ª	Classe	3	4ª	Classe	2	4ª	Classe	5						
5ª	Classe	5	5ª	Classe	3	5ª	Classe	4	5ª	Classe	4						
6ª	Classe	2	6ª	Classe	3	6ª	Classe	3	6ª	Classe	3						
7ª	Classe	3	7ª	Classe	2	7ª	Classe	6	7ª	Classe	4						
8ª	Classe	3	8ª	Classe	2	8ª	Classe	8	8ª	Classe	2						
		30			30			30			30						

Fonte: Ribeiro (1888).

Essa tabela exemplifica a composição dos mapas mensais confeccionados a partir do Regimento Interno das Escolas de Mato Grosso de 1873. Mediante a visualização dos dados contidos nesse mapa, é possível traçar a distinção existente em relação aos documentos anteriores e conseqüentemente compreender a organização e as práticas do ensino da leitura e da escrita nas escolas de primeiras letras mato-grossenses.

Inicialmente, os mapas mensais registrados nas décadas de 1870 e 1880 eram diferentes daqueles confeccionados na vigência da Lei de ensino de 1837, uma vez que ampliaram os dados sobre o grau de adiantamento dos alunos, deixando de ser tão sintéticos como aqueles elaborados na primeira metade do século XIX, o que possibilita maior legibilidade sobre a forma de organização das disciplinas escolares. Nesse mapa de 1882 há o relato específico da graduação das oito disciplinas escolares estabelecidas em 1873, entretanto, na prática escolar, as matérias *História Universal* e *História do Brasil* eram ministradas conjuntamente. Já nos mapas mensais da primeira metade dos Oitocentos, a forma de organização dos mapas apresenta dados superficiais, impossibilitando a observação do nível de ensino dos alunos.

O Regimento de 1873 determinou uma simultaneidade e equivalência na seqüência graduada dos conteúdos das duas disciplinas escolares, Leitura e Escrita. Enquanto na 1ª classe de Leitura aprendia-se a diferenciação gráfica do alfabeto, em material manuscrito e

impresso e, possivelmente, a sonorização das letras, a 1ª classe de escrita desenvolvia o aprendizado do alfabeto, detendo-se no formato de traço de linha, letras maiúsculas, minúsculas e algarismos desenhados na areia. A exemplo dessa 1ª classe, nas demais sempre havia correspondência entre a sessão de leitura e a sessão de escrita.

A distinção entre os mapas elaborados após 1873 e aqueles confeccionados a partir do Regimento interno de 1855 consiste na quantidade de classes, bem como na disponibilidade de dados que o Regimento de 1873 ofereceu para se compreender a organização delas. De 1855 a 1873 os mapas apresentavam as classes de aprendizagem conforme o Regimento Interno de 1855. Os documentos desse período indicavam a existência de apenas 4 classes, equivalendo a 4 níveis de aprendizado que deveriam ser adquiridos no ensino primário, todavia não apontavam o adiantamento dos alunos em cada disciplina escolar. A dificuldade de se entender qual a seqüência do conteúdo em cada disciplina e a organização delas decorre do não-acesso ao Regimento de 1855 (não encontrado nos Acervos Públicos de Mato Grosso). Acredita-se que esse documento demonstraria dados consistentes para a compreensão das matérias de ensino, em especial, a Leitura e a Escrita.

É possível inferir que as 4 classes mencionadas nesses mapas estatísticos possuíam correlação ou, pelo menos, semelhança com o ensino ministrado no 1º grau do ensino primário, o qual tinha sido instituído desde 1837. Na relação semestral de aulas de primeiras letras da Freguesia de Livramento, referente aos meses de dezembro de 1859 a julho de 1860, o professor declarou que a classificação dos alunos da 1ª à 4ª classes equivalia ao 1º grau do ensino primário (MAPA ESCOLAR, 1860). O 2º grau, não citado nos mapas, seguia as normatizações da Lei Provincial n.º 8, de 5 de maio de 1837, e do Regulamento de 30 de setembro de 1854, e nessa etapa o ensino do ler e escrever era complementado com o da Gramática da Língua Nacional (MATO GROSSO, Governo, Presidência da Província, Relatório, 1862).

Os mapas estatísticos de 1873 a 1889 descreveram a quantidade de alunos em cada classe de aprendizagem e suas 8 respectivas disciplinas escolares. Aparentemente, mostram-se bastante superficiais, porém, quando observados conjuntamente com o Regimento de 1873, possibilitam saber o que deveria ser aprendido pelos alunos em cada matéria de ensino. Nota-se por esse Regimento que, nas seções de leitura e escrita, continuava havendo a predominância do método de soletração nas escolas de primeiras letras da província local, que concebia a aprendizagem do ensino da leitura e da escrita

pela seqüenciação crescente das unidades de linguagem, estudando-se inicialmente o ABC e respectivamente as Sílabas, as Cartas de Nomes, até se atingir a leitura de textos. Essa prática escolar seguiu-se por todo o século XIX, uma vez que o ensino era pautado nas práticas de memorização e repetição de conteúdos.

À medida que os mapas escolares ajudam a compreender as maneiras como era organizada e desenvolvida a aprendizagem do ensino da leitura e da escrita nas escolas primárias da província de Mato Grosso eles podem ser considerados um tipo documental que auxilia não só na investigação referente à alfabetização, mas sim de qualquer Disciplina Escolar.

Assim, a utilização dos mapas, enquanto fontes podem fazer mais do que suprir escassez ou lacuna de informações nos documentos disponíveis. Acredita-se que por meio do estudo dos mapas é possível extrair muitos aspectos relacionados à cultura escolar e buscar subsídios para tecer uma reconstituição da prática por serem fontes produzidas por professores, considerados sujeitos (homens comuns) mais próximos e ligados ao cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre-Rs, n. 2, p. 177-229, 1990.

CUNHA, Roberto Alves da. Mapa mensal. Cáceres, jul. 1882. In: MATO GROSSO, Diretoria Geral da Instrução Pública. **Relatório**: 1878. O Diretor Dr. Dormevil José dos Santos Malhado apresentava relatório ao Presidente da Província, Cel. José Leite Galvão. Cuiabá 30 abr. 1883. Disponível em: APMT – Livro 86 E.

FELIZ, Francisco de Paula Nunes. **Mapa estatístico**: encaminhado ao Vice Presidente da Província. Poconé, 3 de jan. 1831. Disponível em: APMT – Lata 1831 A.

JULIA, Dominique Julia. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Trad. de Gizele de Souza. n. 1, p. 9-38, 2001.

MATO GROSSO, Governo. **Relatório**: 1862. O Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, apresentava relatório à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 maio 1862. Disponível em: NDIHR – Microfilme, rolo 1 (R.P.P) 1835 – 1864.

MAPA ESCOLAR. semestral de dez. de 1859 a jul. de 1860. Livramento, 1860. Disponível em: APMT – Lata 1860 B.

NUNES, Clarice. I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação Leitura e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 11- 28.

PEREIRA, João José. **Relação Mensal**: alunos matriculados entre os dias 1 de abril a 21 de Dezembro de 1840. Poconé, 1º jan. 1841. Disponível em: APMT - Lata 1841 A

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth M. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000. 203 p.

RELAÇÃO SEMESTRAL. Alunos da escola pública de 1º grau da freguesia de S. Gonçalo de Pedro 2º decorrido de 1º de jun. a último de dez. de 1857. Disponível em: APMT – Lata 1858 C.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth M. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000. 203 p.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Tese (Livre-Docência)-Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio .Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set.-out./1995.